



PERGUNTAS FREQUENTES

**MUDANÇA TRANSFORMADORA DE
GÊNERO EM SITUAÇÕES DE
EMERGÊNCIA**

Julho 2022

PERGUNTAS FREQUENTES

MUDANÇA TRANSFORMADORA DE GÊNERO EM SITUAÇÕES DE EMERDEGÊNCIA

1. O QUE ÉA “MUDANÇA TRANSFORMADORA DE GÊNERO?”

Um projeto transformador de gênero é aquele em que existe uma *intenção* explícita de transformar relações de poder desiguais numa mudança positiva (por exemplo, é especificado como o objetivo geral do projeto.)_Este é medido pelo Marcador Transformador de Gênero da Plan International como um que tem **o potencial de ser transformador**.

A nossa abordagem transformadora de gênero centra-se na abordagem das causas de raiz da desigualdade e exclusão de gênero e na reformulação de relações desiguais de poder e de gênero para a realização dos direitos das raparigas e igualdade entre todas as crianças, jovens e adultos, independentemente do seu gênero ou outras identidades. A Plan International acredita que existem seis elementos que indicam que um projeto tem um elevado potencial para alcançar uma mudança transformadora de gênero:

- 1) Compreender e abordar o modo como as **normas de gênero** influenciam as crianças ao longo da sua vida, desde o nascimento até à idade adulta.
- 2) Trabalhar para fortalecer a **agência das raparigas e das mulheres jovens** sobre as decisões que as afetam, assim como, através da criação dos seus conhecimentos, confiança, competências e acesso aos e controlo dos recursos.
- 3) **Trabalhar com os rapazes, os homens jovens e os homens adultos** e apoiá-los para abraçarem masculinidades positivas e para promover a igualdade de gênero, ao mesmo tempo que também obtêm resultados significativos para eles.
- 4) Ter em consideração raparigas, rapazes, mulheres jovens e homens jovens em **toda a sua diversidade** ao identificar e responder às suas necessidades e interesses.
- 5) Melhorar as **condições** (necessidades diárias) e a **posição social** (valor ou estatuto) de raparigas e de mulheres jovens.
- 6) **Promover um ambiente favorável** no qual todas as partes interessadas trabalhem em conjunto para apoiar as crianças e os jovens nas suas jornadas em direção à igualdade de gênero.

A diferença entre projetos de sensibilização e projetos transformadores de gênero é que os projetos de sensibilização não têm o objetivo explícito de transformar as relações (embora isto possa ser um efeito não intencional!), mas sim procurar facilitar o **acesso equitativo** à ajuda (ou: que todas as mulheres, homens, raparigas e rapazes de identidades diversas possam beneficiar equitativamente da ajuda humanitária). Um projeto de sensibilização aborda as necessidades práticas em matéria de gênero e simultaneamente aborda questões de exclusão:

UMA AÇÃO SENSIBILIZAÇÃO QUE ABORDA UMA NECESSIDADE PRÁTICA EM MATÉRIA DE GÊNERO: Em situações de deslocamento forçada, para alcançar uma melhor "higiene", para as raparigas e as mulheres menstruadas, não é apenas essencial o sabão e a água, é também essencial proporcionar o acesso a pensos higiênicos ou a pensos menstruais de tecido. Isto não é transformador, por si só, uma vez que não transforma normas de género. De modo a torná-lo transformador, poderia ser associado a outras atividades, tais como, sessões comportamentais sobre tabus menstruais na comunidade, inclusive com homens e rapazes e mudanças políticas/institucionais que apoiem um melhor acesso e envolvimento de raparigas e mulheres em vários serviços.

Tal processo é complexo, muito específico do contexto e requer tempo. A igualdade de género não pode ser alcançada através apenas de uma intervenção, projeto ou programa. A Plan assumiu o compromisso de adoptar uma abordagem transformadora de género para que todo o nosso programa e trabalho de influência possa ser reunido para contribuir para a igualdade de género. Cada projeto pode enfrentar as causas raiz que afetam negativamente a igualdade de género. Coletivamente, o somatório destes projetos pode contribuir para a igualdade de género ao longo do tempo, à medida que quebramos gradualmente as barreiras, profundamente enraizadas, à igualdade de género e aos direitos das raparigas.ⁱ

2. É POSSÍVEL E ADEQUADA UMA MUDANÇA TRANSFORMADORA DE GÊNERO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA? SERÁ QUE SALVA VIDAS?

Sim, salva vidas! A desigualdade de género causa danos, inclusive violência baseada no género e elevada mortalidade materna e infantil, assim como impedimento ao acesso aos serviçosⁱⁱ. Embora saibamos que existem determinadas barreiras, à mudança transformadora de género, em situações de emergência – tais como, o panorama dos doadores e a falta de financiamento, as atitudes e as conceções erróneas do pessoal, a curta duração de muitos projetos humanitários e outras barreiras estruturais e administrativas no sistema humanitário -- paradoxalmente também existe uma abundância de oportunidades, para realizar este trabalho em crises humanitárias, que podem não existir em contextos mais tradicionais de "desenvolvimento".

A investigação mostra que a mudança 'regressiva' e a mudança 'progressiva' das normas ocorrem sempre de forma orgânica em situações de deslocamento.ⁱⁱⁱ Pode ocorrer uma mudança rápida das responsabilidades e funções de género, e indivíduos que podem ter sido tradicionalmente excluídos são capazes de ocupar as funções às quais não podiam necessariamente aceder antes da crise. Por exemplo, em muitos países da Europa, durante a Primeira Guerra Mundial ocorreu a mudança das expectativas sociais sobre as funções de género, quando as mulheres assumiram posições anteriormente ocupadas por homens enquanto eles estavam na guerra. Isto é amplamente atribuído, pelos historiadores, às mulheres que ganharam o direito de voto pela primeira vez.^{iv} Do mesmo modo, nos atuais contextos de crise, as comunidades afetadas pelas crises já estão a experienciar uma mudança transformadora, através de uma rápida mudança das normas, com ou sem intervenção humanitária. Por conseguinte, é da nossa responsabilidade garantir que esta mudança é positiva e que pode ser sustentada.^v

Isto significa que não **FARÁ NENHUM MAL** se implementarmos as mitigações de risco adequadas para que a desigualdade não fique ainda mais enraizada e a discriminação não seja feita inadvertidamente.

Isto está em linha com a **ABORDAGEM BASEADA NOS DIREITOS** aos projetos, uma vez que é injusto que raparigas e as mulheres não sejam igualmente capazes de executar os seus direitos.

Também significa uma programação mais **EFICAZ**. Não ter o género em consideração significa que os nossos projetos não conseguirão atingir os seus objetivos. Por outro lado, os projetos que dão maior consideração à dinâmica do género têm maior probabilidade de alcançar os seus objetivos.^{vi}

Uma mudança social duradoura demora tempo a implementar e a tornar-se sustentável. É por isso que **não pretendemos que uma mudança transformadora de género seja o objetivo global em projetos com uma duração inferior a 12 meses**. No entanto, a maioria das crises humanitárias são prolongadas e a Plan tem vários projetos humanitários plurianuais. Nestes casos, podemos e devemos influenciar os doadores e responsabilizar-nos pela mudança transformadora de género. Os projetos de menor duração devem incluir alguns elementos transformadores, desde que se baseiem numa análise completa do género e do contexto e disponham de boas mitigações dos riscos.

3. ONDE ESTÁO MANDATO PARA A MUDANÇA TRANSFORMADORA DE GÉNERO NAS POLÍTICAS, ENQUADRAMENTOS E NORMAS HUMANITÁRIAS?

As crises são cenários altamente catalizadores da mudança de género e das normas sociais, que muitas vezes ocorre organicamente devido a mudanças de poder que podem ser involuntariamente exacerbadas negativamente ou facilitadas positivamente pelos intervenientes humanitários. Uma resposta humanitária que não se adapte a uma análise destes fatores arrisca-se a causar mais danos consolidando estas desigualdades, a ser menos eficaz^[1] e a não defender os direitos. Isto é reconhecido pela comunidade internacional de desenvolvimento através de compromissos como o [Objetivo 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#), que começa por afirmar que “A igualdade de género não é apenas um direito humano fundamental, mas também uma base necessária para um mundo pacífico, próspero e sustentável”. A [Política do IASC sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres e das Raparigas \(Gender Equality and the Empowerment of Women and Girls, GEEWG\) 2017](#) faz eco disto, explicando que: “As desigualdades estruturais de género que levam ao impacto diferencial da catástrofe nas mulheres, raparigas, homens e rapazes, também podem perpetuar as crises e a insegurança” e que “a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e das raparigas são imperativos dos direitos humanos e requisitos para uma **ação humanitária eficaz.**”

A desigualdade social, incluindo a desigualdade de género, é amplamente considerada como um fator-chave de conflito^{vii} e, por conseguinte, existem fortes correlações entre os níveis de violência e esta desigualdade. Por conseguinte, é essencial para o estabelecimento de paz e para não afetar o princípio, que analisemos e abordemos a desigualdade de género nas respostas humanitárias, de modo a sermos eficazes, a salvar vidas e a não exacerbar a desigualdade nas crises.

Por exemplo, o Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UN OCHA) publicou recentemente a sua [política sobre igualdade de género 2021-2025](#) que tem como primeira estipulação 1.1 que a nova política adotará uma Abordagem Transformadora de Género: *....Esta abordagem vai além de uma abordagem sensível ao género que apenas procura responder às diferentes necessidades e constrangimentos dos indivíduos com base no seu sexo, idade, e deficiência. Também procura eliminar a programação neutra do género e abordar ativamente os estereótipos de género, a discriminação estrutural e a exclusão das mulheres e as raparigas, assim como outras que não se enquadram com o género binário.*

Existem muitas outras normas humanitárias que suportam isto. Veja abaixo uma [lista não exaustiva](#):

Cimeira Humanitária Mundial: *A participação plena e igualitária das mulheres e raparigas nas esferas civil, política, económica e social e na tomada de decisões a todos os níveis deverá tornar-se o padrão perante o qual todos os intervenientes, incluindo as Nações Unidas, são responsáveis pelo seu desenvolvimento e programação e financiamento humanitário.*

Promulgar e implementar legislação nacional de acordo com as normas internacionais em matéria de direitos das mulheres e proibir todas as formas de violência contra as mulheres e as raparigas.

Norma Humanitária Essencial (Core Humanitarian Standard, CHS): 3.6 *Identificar e reagir aos efeitos negativos, potenciais ou reais, não intencionais de forma atempada e sistemática, inclusive nas áreas de: a. proteção, segurança, dignidade e*

direitos das pessoas; b. exploração e abuso sexual pela equipa; c. cultura, género e relações sociais e políticas;

Rede Interinstitucional para a Educação em situações de Emergência: *As mudanças nos papéis e relações em função do género observadas após as crises apresentam a oportunidade de aproveitar tais dinâmicas e estabelecer novos precedentes para a igualdade de género. De facto, a investigação global demonstra que o conflito é menos provável em contextos nos quais existe paridade de género em termos de anos médios de escolaridade. Adicionalmente, as práticas promissoras emergentes demonstram que quando a educação está disponível de forma equitativa, é de boa qualidade, relevante, sensível aos conflitos e ao género, pode quebrar ciclos de conflito e violência, redefinir as normas de género e promover a tolerância e a reconciliação.*

Muitos doadores bilaterais têm dado o seu contributo para [políticas externas feministas](#) que apoiam este trabalho, incluindo a Suécia, México, Canadá, Noruega e outros.

4. SERÁ MUDANÇA TRANSFORMADORA DE GÉNERO VIOLA O PRINCÍPIO HUMANITÁRIO DA NEUTRALIDADE E DA IMPARCIALIDADE?

Os princípios de humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência são fundamentais para a ação humanitária.

Humanidade significa que o sofrimento humano deve ser abordado onde quer que exista, com particular atenção aos mais vulneráveis.

Neutralidade significa que a ajuda humanitária não deve favorecer nenhum dos lados num conflito armado ou outra disputa.

Imparcialidade significa que a ajuda humanitária deve ser prestada unicamente com base na necessidade, sem discriminação.

Independência significa a autonomia dos objetivos humanitários em relação a objetivos políticos, financeiros, militares ou outros.

Não, não significa. Na verdade, está bem alinhada com todos os princípios humanitários, apesar de quaisquer ideias erradas em contrário (ver a questão acima sobre mandato). Ser “neuro” em relação à desigualdade de género é enraizar comportamentos e práticas prejudiciais, uma vez que a desigualdade intensifica o risco e as vulnerabilidades. Esta compreensão da neutralidade é intrinsecamente patriarcal, uma vez que se baseia numa compreensão do mundo centrada nos homens.^{viii} Tentar ser “neuro” a esta desigualdade acrescenta mais desvantagens estruturais aos mais marginalizados. Embora seja necessária sensibilidade cultural em todo o nosso trabalho, tal deve ser feito de forma a não apoiar os mais poderosos, ou a criar barreiras sistémicas à igualdade e ao cumprimento dos

direitos. O setor humanitário envolve herança patriarcal e colonial o que pode comprometer os nossos projetos e a nossa visão **É importante que os intervenientes humanitários reconheçam que estamos sempre a intervir nas relações de género, quer o pretendamos fazer ou não. Não deveremos utilizar os princípios humanitários como uma desculpa conveniente para não satisfazer estas necessidades urgentes ou ignorar a dinâmica social na qual operamos.**^{ixx xi}

A sensibilidade cultural não deve ser confundida com o apoio ao status quo dos detentores do poder. Na Revolução de Jasmim no Líbano (2011-2012), a perceção da comunidade internacional era de que se tratava de um país altamente conservador, no qual as mulheres não assumiriam um papel ativo. No entanto, as mulheres libanesas eram fundamentais para ocupar espaços públicos e liderar o discurso em torno da mudança. Quando a comunidade internacional chegou para apoiar os processos de reforma constitucional, assumiu as presunções culturais sobre as mulheres muçulmanas e excluíram-nas desses espaços que tinham conquistado respeitando as normas culturais e os detentores de poder tradicionais. Desta forma, a comunidade internacional fez mal em fechar estes espaços para as mulheres locais ativas que tinham estado a liderar a mudança.^{xii}

Embora, por vezes, o princípio da imparcialidade seja utilizado como argumento pelos intervenientes humanitários para não adaptar a sua resposta às necessidades específicas do género, tal ignora que “Imparcialidade” se trata de: satisfazer eficazmente as necessidades de uma população diversificada e, uma vez que estas necessidades variam, o mesmo deverá acontecer em relação à assistência oferecida. Por conseguinte, não se trata de limitar o alcance, dando prioridade a conjuntos de pessoas cada vez mais segmentados, mas sim de alcançar o que já é uma população vasta e diversificada de modo mais eficaz e adequado com intervenções que satisfaçam as necessidades e prioridades que definiram.^{xiii} Quando a Plan International se compromete a “centrar-se nas raparigas nas situações de crise”, estamos a utilizar estes princípios humanitários como forma de satisfazer as necessidades dos vulneráveis com base na nossa experiência.

A ação e a resposta humanitária evoluíram ao longo das últimas duas décadas. As crises complexas e prolongadas são reconhecidas como a norma, as linhas entre os contextos humanitário, de desenvolvimento e de estabelecimento de paz são confusas e a duração média do deslocamento de pessoas é superior a uma década. A mudança para uma ação mais baseada nos direitos e transformadora responde a este contexto em mudança

Pictet – o reconhecido arquiteto dos princípios humanitários – defendeu que a **neutralidade** nunca deveria superar a exigência de responder às formas mais agudas de sofrimento sem discriminação (ver O’Callaghan and Leach, 2013). Adicionalmente, estas conceções de neutralidade são necessariamente exclusivas e coloniais, uma vez que apenas “o estrangeiro é neutro”, enquanto que os respondedores humanitários locais são considerados como inerentemente parciais (Ali citado em James, 2022: 486).

Daigle, Megan, ‘Gender, Power and Principles in Humanitarian Action,’ ODI HPG, março de 2022

5. COMO É QUE ENVOLVEMOS HOMENS E RAPAZES DE FORMA EFICAZ NA MUDANÇA TRANSFORMADORA DE GÉNERO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA?

É essencial garantir que quando trabalhamos com raparigas e mulheres, não nos esquecemos dos homens nem dos rapazes. Os homens e os rapazes podem desempenhar

um papel essencial na mudança da dinâmica de gênero e na promoção da inclusão segura das mulheres e das raparigas nos espaços públicos. É por isso que “Trabalhar com e apoiar os rapazes, os homens jovens e os homens adultos para abraçar masculinidades positivas e promover a igualdade de gênero, ao mesmo tempo que se alcançam resultados significativos para estes” é um dos 6 elementos chave da Abordagem Transformadora de Gênero da Plan e parte do Marcador Transformador de Gênero.

Embora existam provas de apoio, assim como tenham sido feitos progressos para envolver os homens e os rapazes ao lado das mulheres e das raparigas em prol de resultados transformadores de gênero sustentáveis, muitas vezes as intervenções em contextos humanitários frequentemente não o fazem.

Os homens e os rapazes podem também ser afetados por masculinidades nocivas e por normas de gênero rígidas. Assim, o envolvimento significativo dos homens e dos rapazes não só é necessário para o empoderamento das mulheres, como também permite programas para combater o patriarcado, a desigualdade e a exclusão social. No entanto, para alcançar este objetivo, é também importante que as nossas intervenções de envolvimento masculino em cenários de conflito tratem os homens e os rapazes como agentes de mudança no processo da igualdade de gênero e não como os “protetores” das mulheres e das raparigas. Os programas de envolvimento masculino são aconselhados a não utilizar mensagens que promovam uma mentalidade em que apenas haverá um vencedor. Estas intervenções podem centrar-se na resolução de desequilíbrios de poder, na exclusão social, assim como nas várias formas em que a interseção de identidades também podem contribuir para a fragilização dos homens e dos rapazes através de normas rígidas que comumente são entendidas como os capacitando.

O envolvimento dos homens e dos rapazes em situações de emergência não deve ser apenas através de atividades isoladas, dirigidas exclusivamente a estes, mas também incorporados como elementos importantes do processo para alcançar a igualdade de gênero. Estes devem ser tidos em consideração na conceção das atividades que abordam a transformação das normas de gênero. Podem ser envolvidos como beneficiários diretos de uma ação ou através de sessões de Comunicação Comportamental para a Mudança de modo a apoiar a melhor consecução de um objetivo específico centrado nas raparigas e nas mulheres.

6. COMO É QUE A PROGRAMAÇÃO TRANSFORMADORA DE GÉNERO CONTRIBUI PARA A INCLUSÃO E PARA A DIVERSIDADE?

O trabalho da Plan International em prol da igualdade de gênero procura combater as causas raiz das desigualdades e das relações de poder desiguais a todos os níveis. Para concretizar as nossas ambições organizacionais de programação transformadora de gênero, tanto em contextos de desenvolvimento como humanitários, a inclusão social é uma parte integrante de todos os aspetos da conceção, da implementação e da avaliação do nosso projeto.

Sabemos que nem todas as raparigas nem todos os rapazes são iguais e que as soluções “únicas” simplesmente não funcionam quando se responde às necessidades e interesses que expressam. A discriminação e as barreiras aos direitos que as crianças enfrentam dependem de muitos fatores. Estes incluem a idade, o sexo, a localização e outros fatores de exclusão social, tais como deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, religião e etnia.

Uma programação inclusiva garante que as raparigas, as mulheres, os rapazes e os homens são envolvidos e que beneficiam do nosso trabalho de uma forma significativa. Isto começa com a consciencialização de que não são grupos homogêneos, mas que são estratificados por várias identidades que se cruzam.

Dependendo de como a dinâmica se manifesta dentro de cada contexto, estas identidades podem apresentar vários níveis de capacidades, barreiras, vulnerabilidades e riscos para as raparigas, as mulheres, os rapazes e os homens. Em muitos casos pode resultar na perda de oportunidades, de dignidade, da proteção dos direitos humanos e da segurança, especialmente em momentos de crise ou de conflito.

De modo a alcançar efetivamente resultados equitativos para as mulheres, as raparigas, os rapazes e os homens, é essencial reconhecer e responder às vulnerabilidades, às necessidades e aos riscos enfrentados pelos mais marginalizados e frequentemente excluídos (incluindo raparigas, mulheres, pessoas com deficiência, crianças, grupos religiosos e étnicos, refugiados, deslocados internos, jovens desempregados, minorias sexuais e de género, idosos, povos indígenas e minorias raciais) em todos os contextos da programação - incluindo durante crises.

Quando a nossa programação não tem estes aspetos em consideração, afeta a nossa capacidade de alcançar resultados transformadores de género sustentáveis. Também apresenta riscos não intencionais e impactos negativos a nível individual, comunitário e institucional. É importante salientar que é ainda mais exacerbado em contextos humanitários.

Assim, é essencial que ao longo do nosso ciclo de programação, integremos a análise de género e inclusão, concebamos, implementemos e orçamentamos atividades de género e inclusão eficazes, avaliemos os possíveis riscos que a nossa programação apresenta e também avaliemos o impacto do nosso trabalho em diversos grupos. O trabalho da Plan International em prol da igualdade de género procura combater as causas raiz das desigualdades e das relações de poder desiguais a todos os níveis. Para concretizar as nossas ambições organizacionais de programação transformadora de género, tanto em contextos de desenvolvimento como humanitários, a inclusão social é uma parte integrante de todos os aspetos da conceção, da implementação e da avaliação do nosso projeto.

CONCENTRARMO-NOS NAS RAPARIGAS SIGNIFICA QUE ESTAMOS A SER TRANSFORMADORES?

Não, não significa. Simplesmente acrescentar “e particularmente as raparigas!” às propostas de projeto não funciona, a não ser que tal se baseie numa análise sólida de género, idade e inclusão e adaptada a esse projeto. Um projeto pode funcionar com uma maioria de raparigas, mas continuar a perpetuar estereótipos e discriminação e não atacar as causas raiz da discriminação.

7. COMO DEVE A PLAN APOIAR OS MOVIMENTOS LOCAIS PARA CRIAR UMA PROGRAMAÇÃO TRANSFORMADORA DE GÉNERO EM CONTEXTOS HUMANITÁRIOS?

(1) Estabelecer parcerias com raparigas e organizações de direitos das mulheres (G/WROs). A Plan International deverá apoiar grupos e organizações locais nas suas prioridades para influenciar e programar os direitos das raparigas e das mulheres. Os intervenientes locais são quem está melhor posicionado para compreender e impulsionar as prioridades de mudança, tal como definido pelas próprias populações afetadas. Os intervenientes locais dos direitos da mulher ou os grupos de jovens devem ser vistos como parceiros humanitários e da linha da frente. Este envolvimento também significa que temos

uma base de trabalho para uma melhor programação transformadora de gênero nas fases posteriores de uma resposta. *Veja na Caixa 1 um exemplo de iniciativas a considerar e a apoiar.*

Caixa 1. Grupo de mulheres auto-organizado que defende a sua participação na ajuda humanitária

A mudança transformadora de gênero pode ser um meio necessário para responder às necessidades e interesses das populações afetadas. Por exemplo, em Cox's Bazar no Bangladesh, raparigas e mulheres Rohingya refugiadas auto-organizaram-se em grupos como resposta a serem excluídas da forma como e de qual a ajuda humanitária foi prestada.¹ O grupo, chamado Rede de Empoderamento e Defesa das Mulheres Rohingya (Rohingya Women Empowerment and Advocacy Network, RWEAN) está a trabalhar para facilitar a literacia e o empoderamento das raparigas e das mulheres para que possam expressar as suas preocupações aos intervenientes humanitários. Adicionalmente, também o fazem para que possam criar auto-suficiência e fazer parte de decisões maiores em termos de soluções duradouras para a sua deslocação.

(2) Mitigação de riscos: É importante salientar que muitas pessoas não irão particularmente gostar da ideia de mudança transformadora se sentirem que foi imposta do exterior, e certamente não quando são implementadas dinâmicas coloniais, muitas das quais se manifestam no setor humanitário. É por isso que é importante apoiar as capacidades existentes, os grupos de mulheres e outros movimentos de base ou grupos marginalizados locais que trabalham para a inclusão. A mitigação dos riscos é uma das normas de gênero mínimas em situações de emergência e também fundamental para o trabalho de transformação de gênero. Embora saibamos que a integração dos géneros é uma parte fundamental de qualquer estratégia de não prejudicar, também sabemos que ocorrem retrocessos sempre que são feitos progressos e o status quo é posto em causa. Uma parte importante de qualquer boa programação é garantir que os riscos foram devidamente identificados pelas mulheres, homens, raparigas e rapazes com medidas de prevenção e mitigação implementadas. A Plan International tem [várias orientações e kits de ferramentas](#) para uma programação segura. *Veja na Caixa 2 um exemplo de programa transformador de gênero que identificou um risco importante e uma medida de mitigação para a sua abordagem.*

Caixa 2. Programação Transformadora de Género numa Resposta Humanitária em Parceria com Organizações de Direitos da Mulher:

Uma organização de direitos da mulher local forneceu apoio psicossocial imediato e serviços de saúde sexual e reprodutiva (SRH) a mulheres e mulheres jovens em idade reprodutiva quando ocorreu o tufão Haiyan. A organização de raparigas adolescentes e mulheres jovens em grupos como meio de resposta a uma crise humanitária não era uma abordagem comum, mas provou ser transformadora logo desde o início. Cientes do risco de danos se a intervenção fosse de curta duração, esta foi iniciada pela organização local, mas com o compromisso de manter a presença e alocar os recursos às áreas de operação durante, pelo menos, 5 anos. Uma década depois, os grupos organizados eram um forte coletivo de mulheres líderes nas suas comunidades, defendendo a saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR) e prestando serviços com o apoio da WRO local.

(3) Mudanças estruturais internas. Além da programação, devem ocorrer mudanças estruturais no sistema e nas organizações humanitárias, como a Plan International, de modo a que uma agenda transformadora de gênero possa realmente progredir. Um estudo da Women's Refugee Commission concluiu que é necessário proceder à seguinte revisão do sistema, que inclui ações-chave, tais como:

- 1) Contratação de líderes e pessoal com capacidade e compromisso para a mudança transformadora de gênero
- 2) Criação de uma cultura e de sistemas de responsabilização para processos e resultados transformadores
- 3) Transferir poder e recursos para os intervenientes em contextos e comunidades afetadas, especialmente para OSC e movimentos liderados por mulheres”, tal como com os compromissos de gênero no âmbito do acordo Grand Bargain

De: [WRC (janeiro de 2021), [Gender Transformative Change in Humanitarianism: A View from the Inside](#)]

8. COMO PODEMOS QUANTIFICAR A PROGRAMAÇÃO TRANSFORMADORA DE GÊNERO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA? DISPOMOS DE ALGUNS RECURSOS PARA AJUDAR?

As normas de Gênero em Emergências (Gender in Emergencies, GiE) mínimas da Plan International para programação de gênero podem ser utilizados como um processo geral, que tem os seguintes passos chave:

- (1) Realizar uma análise clara de poder e de gênero e complementá-la progressivamente ao longo da resposta. [**Norma GiE 1**] Esta é alcançada através de financiamento suficiente, recorrendo às pessoas certas no momento certo que têm competências de GiE e setoriais para orientar a análise de gênero rapidamente.
- (2) Com base na análise de poder e de gênero, *adaptar e financiar* o design da resposta para abordar as diversas necessidades das mulheres, dos homens, das raparigas e dos rapazes [**Norma GiE 2**] *Está de acordo com o princípio humanitário da imparcialidade e para garantir que as pessoas beneficiam equitativamente das intervenções humanitárias.*
- (3) Juntamente com as raparigas, as mulheres, os homens e os rapazes, identificar os riscos e implementar medidas de mitigação dos riscos na resposta adaptada, ajustar e implementar onde os benefícios excedem os riscos e onde os riscos podem ser mitigados e geridos. [**Norma GiE 3**] *está de acordo com o princípio humanitário de não causar danos e de prevenir os potenciais riscos de uma intervenção humanitária.*
- (4) Instalar inicialmente mecanismos de responsabilização, adaptados para facilitar a participação equitativa e significativa das mulheres, homens, raparigas e rapazes afetados. [**Norma GiE 4**]

Consulte mais sobre as normas de GiE mínimas no próximo [Manual de Resposta de Emergência](#)

As organizações humanitárias estão a explorar cada vez mais formas de medir o impacto dos esforços de igualdade de gênero e de inclusão. Um exemplo típico destas ferramentas à escala do sistema é o Marcador Gênero-Idade do Comité Permanente Inter-Agências ([IASC GAM](#)) e o IASC [Manual de Gênero](#) do IASC, o qual foi concebido para apoiar as equipas no design, implementação e monitorização de programas humanitários de modo a garantir que contribuem para resultados equitativos para todos.

Várias organizações humanitárias e instituições doadoras também criaram as suas próprias ferramentas para medir e acompanhar intervenções em prol da igualdade de género. Por exemplo, o Marcador Género-Idade da Comissão Europeia ([ECHO GAM](#)).

De acordo com as suas ambições globais em matéria de programação transformadora de género, a Plan International mantém que a realização do trabalho transformador de género é da responsabilidade de todos os funcionários. Adicionalmente, é importante que os nossos indicadores capturem aspetos chave das 3 dimensões da mudança da Teoria Global da Mudança^{xiv} e dos intervenientes. A Plan também desenvolveu ferramentas participativas e incluiu indicadores de inclusão de género nas nossas estruturas AoGD para nos permitir acompanhar e medir o potencial dos nossos projetos para contribuir para resultados transformadores de género, tanto em contextos humanitários como de desenvolvimento. Estes fatores incluem:

- **Nota de Orientação Técnica e Sumária da Plan International sobre [Programação Transformadora e Influenciadora de Género](#):** Estabelece uma linguagem comum sobre o que entendemos por mudança transformadora de género, delinea os seis elementos da programação e influência transformadora de género e identifica as medidas que devem ser tomadas pelo nosso pessoal e parceiros para implementar eficazmente o nosso compromisso em relação à igualdade de género, aos direitos das raparigas e à inclusão.
- **O [Marcador Transformador de Género \(GTM\)](#):** É uma ferramenta para medir o potencial de um projeto para contribuir para a mudança transformadora de género.
- **[Quadro analítico para inclusão da idade de género](#) da Plan International:** É uma ferramenta de análise que permite examinar o contexto das diferentes manifestações de desigualdades existentes que podem afetar o potencial do nosso trabalho de programação para contribuir para resultados transformadores de género.
- **[Ferramenta de Análise da Situação](#) da Plan International:** É uma ferramenta para realizar a *Análise da Causa Raiz e dos Promotores*
- **Ferramentas e anexos de avaliação rápida do género** da Plan International: É uma ferramenta concebida para equipar o pessoal e os parceiros envolvidos no trabalho de DRM, com as bases para uma análise de género rápida, de modo a informar a nossa resposta. As metodologias utilizadas devem ser consultadas na lista na página 49 da [O kit de ferramentas de programação para adolescentes com muitas ferramentas fáceis de utilizar por adolescentes](#) (consulte este [link](#) para as ferramentas de Criação de igualdade incluindo a “Girls Agency Star” da Plan.
- **[Quadro de resultados da Plan International sobre as seis Áreas de Distinção Global \(Areas of Global Distinctiveness, AoGDs\)](#):** O pacote AOGD ajuda as equipas de toda a organização a elaborar estratégias, programas e projetos de forma fácil e consistente e de acordo com nossa estratégia global ‘[All Girls Standing Strong Creating Global Change](#)’, nossa [Teoria de Mudança](#) e nossa [Abordagem de Programa e Influência](#).

Para a Plan International, cada projeto humanitário de curto prazo deve, pelo menos, ter consciência de género ou estar classificado como 4T ou 4M no Marcador Género-Idade do IASC. Para os projetos de desenvolvimento assim para os projetos humanitários implementados durante 12 meses ou mais, espera-se que estes projetos sejam transformadores de género de acordo com o Marcador Transformador de Género da Plan International. Consulte os documentos relevantes para obter mais informações sobre a elegibilidade dos projetos para avaliação e sobre como utilizar cada ferramenta.

Quando é que utilizo o Marcador Transformador de Género versus o Marcador Género-Idade do IASC?

Apenas precisa de utilizar UM marcador por projeto. O marcador TG pode ser utilizado em todos os projetos de desenvolvimento e humanitários implementados durante mais de 12 meses. O Marcador Género-Idade do IASC é utilizado para o design, implementação e avaliação de programas de resposta de emergência. Em alguns casos, os doadores poderão exigir o seu marcador específico, o qual pode ser utilizado em processos de programação. Nestes casos, o marcador específico do doador pode ser utilizado em vez do MGI do IASC. Mais informações sobre quando utilizar o marcador TG, o MGI do IASC e/ou o marcador ECHO durante todo o ciclo do projeto podem ser encontradas no Guia do Utilizador do Marcador Transformador de Género ([ENG](#) – [FRA](#) – [SPA](#)).

9. O QUE SE SEGUE?

Será desenvolvida uma nova versão humanitária do marcador transformador de género através dos esforços conjuntos do Hub de Género e Inclusão e da equipa Humanitária. Este marcador irá refletir as realidades do trabalho humanitário - tempo reduzido para execução da proposta, duração frequentemente mais curta do projeto e fundos limitados - mas também será mais ambicioso do que os marcadores de género humanitários existentes, garantindo que todos os escritórios da Plan utilizam a mesma visão em todo o trabalho humanitário e de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

- Daigle, Megan, 'Gender, Power and Principles in Humanitarian Action,' ODI HPG, (2022)
- Grupo diretor da IAHE, 'The Inter-Agency Humanitarian Evaluation of Gender Equality and the Empowerment of Women and Girls,' 2020.
<https://interagencystandingcommittee.org/inter-agency-humanitarian-evaluations/inter-agency-humanitarian-evaluation-iahe-gender-equality-and-empowerment-women-and-girls-geewg-2020>
- IASC, 'IASC Gender Accountability Framework,' 2019,
<https://interagencystandingcommittee.org/iasc-reference-group-gender-and-humanitarian-action/iasc-gender-accountability-framework-report-2019>
- IASC, IASC Policy (and Accountability Framework) on Gender Equality and the Empowerment of Women and Girls in Humanitarian Action, 2017,
<https://interagencystandingcommittee.org/iasc-reference-group-gender-and-humanitarian-action/iasc-policy-and-accountability-framework-gender-equality-and-empowerment-women-and-girls>
- Comité Internacional de Resgate (International Rescue Committee): 'Where is The Money? How the Humanitarian System is Failing Women and Girls', 2019
<https://www.rescue.org/sites/default/files/document/3854/whereisthemoneyfinalfinal.pdf>
- Fal Dutra Santos, Ricardo, 'Challenging Patriarchy: Gender Equality and Humanitarian Principles', ICRC Humanitarian Law and Policy Blog, 2019 <https://blogs.icrc.org/law-and-policy/2019/07/18/gender-equality-humanitarian-principles/>
- OCHA, 2021, OCHA Policy Instruction on Gender Equality (2021–2025) [https://www.unocha.org/es/themes/gender-equality-and-empowerment-women-and-girls#:~:text=OCHA%20Policy%20Instruction%20on%20Gender%20Equality%20\(2021%20E2%80%932025\)&text=It%20recognizes%20the%20need%20to,and%20girls%2C%20in%20humanitarian%20action.](https://www.unocha.org/es/themes/gender-equality-and-empowerment-women-and-girls#:~:text=OCHA%20Policy%20Instruction%20on%20Gender%20Equality%20(2021%20E2%80%932025)&text=It%20recognizes%20the%20need%20to,and%20girls%2C%20in%20humanitarian%20action.)

- Oxfam Canada (2019), *Making gender-transformative humanitarian action a reality*, <https://www.oxfam.ca/publication/gender-transformative-humanitarian-action/>
- Oxfam nas Filipinas (2013). Women after the storm: Gender Issues in Yolanda Recovery and Rehabilitation Forum Proceedings. https://issuu.com/oxfamsapilipinas/docs/women_after_the_storm_proceedings
- UN WOMEN, 'The Effect of Gender Equality Programming on Humanitarian Outcomes,' <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/7/the-effect-of-gender-equality-programming-on-humanitarian-outcomes>
- UN Women & UNFPA, 'Funding for Gender Equality and the Empowerment of Women and Girls in Humanitarian Programming,' 2020, <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/06/funding-for-gender-equality-and-the-empowerment-of-women-and-girls-in-humanitarian-programming>
- Comissão de Mulheres Refugiadas (Women's Refugee Commission): 'Gender Transformative Change in Humanitarian Action: A View from Inside', 2021, <http://www.womensrefugeecommission.org/wp-content/uploads/2021/04/Gender-Transformative-Change-in-Humanitarianism-View-from-Inside.pdf>
- Relatório de Sensibilidade e Género em Conflitos da Plan International, (2021) (link não disponível)

ⁱ 'Fazer bem feito: Uma nota de orientação para a influência e programação transformadora de género', da Plan International (2019)

ⁱⁱ Consulte, por exemplo, As normas mínimas inter-agências de VSBG: <https://gbvaor.net/gbviems>

ⁱⁱⁱ Daigle, Megan, 'Gender, Power and Principles in Humanitarian Action,' ODI HPG, março de 2022

^{iv} <https://www.bl.uk/world-war-one/articles/changing-lives-gender-expectations>

^v O HPG do ODI delinea as normas internacionais que obrigam a ação humanitária a ser sensível à transformadora de género (ou seja, os compromissos da GEEWG). Consulte a referência 1 do artigo, do ODI e do HPG, de Megan Daigle (março de 2022) "Gender, power and principles in humanitarian action", juntamente com outras revisões operacionais da abordagem de género na resposta humanitária (ou seja, revisão operacional de género de Cox's Bazar, entre outros). Adicionalmente, o documento de informação política do HPG (baseado num estudo de e-ano sobre inclusão e exclusão na ação humanitária), comunicou que a ignorância da dinâmica do poder de género piorou a exclusão; e que "a inclusão está no cerne da imparcialidade", assim sendo, na ação humanitária, a inclusão cega em termos de género exclui automaticamente aqueles que têm necessidades únicas em termos de género a um acesso equitativo com os outros. Consulte "Towards more inclusive, effective and impartial humanitarian action. De Veronique Barbelet, Oliver Lough e Sarah Njeri (maio de 2022). Documento de informação política do HPG.

^v A inclusão está no cerne da imparcialidade uma vez que os indivíduos que foram marginalizados ao longo do tempo - e "cujas vozes e oportunidades para uma participação historicamente significativa bloqueada - estão em maior risco e mais estão mais vulneráveis a crises (Carter, 2021).¹ Como tal, constituem frequentemente os casos mais urgentes aos quais deve ser dada prioridade de acordo com o princípio da imparcialidade...Tais falhas podem ser vistas como uma consequência não intencional de boas intenções, tais como esforços para chegar ao maior número possível de pessoas necessitadas. Na realidade, resulta frequentemente de uma falta de vontade política das agências operacionais em se envolverem e o facto de terem em consideração normas e dinâmicas de poder prejudiciais antes e durante as crises.²

^v Comissão de Mulheres Refugiadas (Women's Refugee Commission) (2019). Gender-Transformative Change in Humanitarianism: A View from Inside. A citação abaixo refere outros estudos "Contudo, uma mudança duradoura e inclusiva, aqui referida como *mudança transformadora de género inclusiva* (IGTC), apenas pode ser concretizada se os decisores políticos e os profissionais forem mais além do indivíduo e começarem a abordar as causas estruturais e de raiz que perpetuam a desigualdade.³ Adicionalmente, os esforços para alcançar e manter a justiça, a igualdade e a paz devem ser centrados no bem-estar, nas capacidades e nas perspetivas dos mais marginalizados.⁴ É neste contexto de prioridades e necessidades humanitárias globais sem precedentes que o sistema humanitário internacional, o qual foi criado para prestar ajuda de emergência, assistência e proteção em tempos de crise, tem sido considerado inadequado para o propósito.⁵ Com a frequência, o âmbito, a escala e a complexidade das crises a aumentar, a arquitetura de ajuda global não se conseguiu adaptar às necessidades em constante mudança.⁶ A resposta de emergência persiste ao longo de vários anos, abrange muito poucas pessoas e permanece analítica em vez de ser impulsionada pela necessidade. Do mesmo modo, a assistência é fortemente subfinanciada e os recursos são atribuídos de forma ineficaz.⁷ São urgentemente necessárias reformas para remodelar as estruturas de poder (pós-)coloniais do conceito humanitário ocidental e para criar incentivos institucionais para tornar as respostas mais eficazes e centradas nas pessoas.⁸ Os intervenientes humanitários têm dado resposta às necessidades, especialmente às

necessidades materiais fundamentais, tais como alimentação e abrigo, ao mesmo tempo que estão relutantes em se envolverem nos processos e intervenções necessárias para criar uma mudança equitativa, inclusiva e sustentada.”

^v GiHA WG em Cox's Bazar no Bangladesh (março de 2022). Quatro anos depois: Mudança das percepções e experiências de gênero: análise abrangente do gênero nos Rohingya e nas comunidades anfitriãs em Cox's Bazar, Bangladesh. Pode ser acessado em:

https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/comprehensive_gender_analysis_web_final.pdf

^v WRC (setembro de 2019). “We need to write our own names: Gender Equality and Women’s Empowerment in the Rohingya Humanitarian Response in Cox’s Bazar – Gender Operational Review Report; Chekufa ra, uma mulher líder Rohingya apresentada em <https://www.refugeesinternational.org/reports/2019/3/6/rohingya-women-look-to-raise-our-voices-ourselves> and <https://www.wfp.org/stories/our-own-words-three-stories-escape-longing-and-hope-future>; e: “Support us in responding to crises, female activists in Bangladesh say”

<https://reliefweb.int/report/bangladesh/support-us-responding-humanitarian-crises-female-activists-bangladesh-say>

^{vi} Re: eficácia - em UN WOMEN, ‘The Effect of Gender Equality Programming on Humanitarian Outcomes.’ <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/7/the-effect-of-gender-equality-programming-on-humanitarian-outcomes>

A melhoria da programação em matéria de igualdade de gênero em contextos humanitários resultou não só na melhoria da qualidade de vida de todos os membros da comunidade como num maior acesso aos serviços,

- por exemplo, nas Filipinas, a prevalência da fome era 37% inferior nos agregados familiares onde as mulheres estavam mais satisfeitas com a disponibilidade de programação em matéria de igualdade de gênero.
- Em Turkana, demonstrou-se que aumentando a Medida da Intensidade de Gênero de baixa para alta, a proporção de crianças alfabetizadas por agregado familiar aumentou 4,8%, o que equivale a 59 crianças por cada 1.000 agregados familiares.

^{vii} <https://www.c-r.org/resource/gender-violence-and-peace-post-2015-development-agenda>

^{viii} <https://blogs.icrc.org/law-and-policy/2019/07/18/gender-equality-humanitarian-principles/>

xii Fonte: Stephanie Brigden, perita independente em estabelecimento da paz, obtido da sua experiência de apoio aos intervenientes da sociedade civil após a Revolução de Jasmim no Iémen, com diferentes capacidades consultivas, incluindo conselheira da Oxfam GB “Within and Without the State Programme” (partilhada durante a consultoria com a Plan/outubro de 2021)

xiii Daigle, Megan, ‘Gender, Power and Principles in Humanitarian Action,’ ODI HPG, março de 2022, página 19

xiv A nossa Teoria Global de Mudança orienta-nos nesta jornada, garantido que nos centramos em três dimensões da mudança:

como normas sociais, atitudes e comportamentos prejudiciais têm de mudar para promover a igualdade de gênero e para permitir às crianças e jovens crescerem saudáveis, seguros e felizes;

como os recursos sociais e económicos podem apoiar igualmente raparigas, rapazes, mulheres jovens e homens jovens a desenvolver o seu pleno potencial;

como a aplicação de leis internacionais e nacionais, políticas, orçamentos, investimentos e serviços internacionais e nacionais pode combater a desigualdade e a exclusão de gênero de formas muito tangíveis..

AGRADECIMENTOS

Este documento foi escrito por Keren Simons, Clementine Novales e Obianuju Osude, com a ajuda dos seguintes revisores aos quais agradecemos: Alison Joyner, Andrea Nunez, Aisling Phelan, Helen Lungu, Imeilda Simo, Yang Fu, Gabrielle Cole, Rosamund Ebdon, Hanna-Kaisa Maenpaa, Kirstin Bostelmann.

Plan International
Dukes Court, Block A,
Duke Street, Woking,
Surrey GU21 5BH
United Kingdom
www.plan-international.org

Sobre a Plan International

Plan Plan International é uma organização global independente de direitos da criança, empenhada em apoiar as crianças vulneráveis e marginalizadas e as suas comunidades a serem libertadas da pobreza. Ao conectar ativamente pessoas comprometidas com idéias poderosas, nós trabalhamos juntos para fazer mudanças positivas, profundas e duradouras na vida das crianças e dos jovens. Há mais de 75 anos que apoiamos meninas e meninos e suas comunidades ao redor do mundo para adquirir as habilidades, conhecimentos e confiança de que precisam para reivindicar seus direitos, libertar-se da pobreza e viver vidas positivas e gratificantes.